

O acervo de pintura da Biblioteca Nacional: problemas com a sua conservação no convento de São Francisco da Cidade (1834-1969)*

Rute Massano Rodrigues e Clara Moura Soares

ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
rute.massanorod@gmail.com

Resumo

Com a Extinção das Ordens Religiosas, em 1834, é criado, no Convento de São Francisco, em Lisboa, o *Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos*, cuja missão consiste em recolher, organizar e distribuir o espólio bibliográfico e artístico oriundo das casas conventuais suprimidas. A inédita estrutura de gestão patrimonial, então montada, teve, porém, que fazer face aos graves problemas de conservação evidenciados por inúmeras obras, agravados pelas debilidades do edifício escolhido para as albergar. Num acervo artístico dominado pela pintura, muitas foram entretanto disseminadas pelo país, outras restauradas e outras ainda destinadas à destruição por serem consideradas irremediavelmente perdidas ou sem valor. As opções tomadas, ao longo de quase século e meio de vivências em São Francisco, permitem-nos avaliar a consciência patrimonial das várias personalidades, a quem coube gerir o acervo pictórico do Depósito, conhecer o percurso físico das obras, na hora de avaliar o seu estado de conservação, bem como contextualizar o diminuto conjunto que atualmente se mantém à guarda da Biblioteca Nacional.

Abstract

With the Extinction of Religious Orders, in 1834, is created the *Deposit of the Libraries of the Extinct Convents*, in the Convent of São Francisco, in Lisbon, whose mission consists in recollecting, organizing and distributing the bibliographic and artistic remains proceeding from the extinguished religious houses. The inedited structure of patrimonial management, created then, had however, to face large conservation problems visible in numberless works of art, increased by the debilities of the building chosen to keep them. Meanwhile, in an art collection dominated by painting, a lot of them were dispersed along the country; others were restored or destroyed because they had been considered irremediably damaged or worthless. The options taken during almost a century and a half of living in São Francisco, allow us to appreciate the patrimonial conscience of the several personalities, who had to manage with the pictorial collection of the Deposit, know the physical way of the works, whenever they had to appraise their state of conservation as well as to contextualize the very small group that still remains to the guard of the National Library.

A criação do Depósito de pinturas

A Biblioteca Nacional de Portugal detém hoje, no seu acervo pictórico, um conjunto de cerca de meia centena de retratos de religiosos, executados entre os séculos XVI e XIX, cuja história se cruza com o fenómeno da extinção das ordens religiosas, de 1834, e a consequente nacionalização dos seus bens. Nessa altura, o Estado tornou-se responsável por um número muito significativo de obras de arte, sobretudo de natureza sacra. A fim de auxiliar a gestão dos acervos, foram criados vários depósitos, para onde se canalizaram milhares de peças, depois de muitas terem sido submetidas a inventário. Foi para o *Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos* (DLEC), instituído, por portaria de 16 de outubro de 1834, no Convento de São Francisco, em Lisboa, que se conduziu uma boa parte das bibliotecas conventuais, mas também milhares de pinturas, desenhos e estampas, provenientes de casas religiosas de norte a sul do país. De acordo com diploma emanado por D. Maria II, competia-lhe a guarda dos

* Este texto foi realizado no âmbito do projeto de investigação intitulado *ENELAS – A coleção de pintura da Biblioteca Nacional de Portugal: do resgate do património artístico conventual na implantação do Liberalismo ao estudo integrado de conservação e divulgação* (PTDC/HIS-HEC/113226/2009), financiado pela FCT.

*“Livros, Quadros, Estatuas, e quaesquer preciosidades artísticas ou scientificas, que hajão pertencido aos extinctos Comventos”.*¹

As peças que foram dando entrada no DLEC, passaram, a partir de 1841, a ser geridas pela Biblioteca Nacional, que partilhava com o Depósito e com a Academia de Belas Artes, algumas dependências do suprimido convento franciscano.² Era bibliotecário-mor, Vasco Pinto de Sousa Coutinho Balsemão (1834-1843), quando aquela instituição ficou responsável por um significativo acervo de quadros, subtraído apenas pelas escolhas realizadas com destino à Galeria Nacional de Pintura (Holstein, 1868). Nos anos seguintes, outras obras pictóricas foram integradas na Biblioteca, por compra, doação ou incorporação, maioritariamente retratos dos seus diretores,³ enquanto outras obras saíam do acervo à sua guarda, para diferentes edifícios públicos, igrejas e museus, entre os quais adquire particular relevância o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, antecessor do Museu de Arte Antiga.

As deficientes condições de conservação na “Cidade de São Francisco”

Com grande disponibilidade espacial e uma localização geográfica favorável, que o tinham tornado numa escolha do diretor do Depósito, António Nunes de Carvalho (1834-1836), S. Francisco evidenciava ao mesmo tempo uma labiríntica divisão espacial e deficiências construtivas geradoras de vastas humidades, incompatíveis com a boa conservação dos livros e das obras de arte.

Nos inventários de peças recolhidas no Depósito, são recorrentes os termos “mau estado”, “muito mau estado”, “péssimo estado”, a propósito das pinturas, reflexo não apenas das deficientes condições de conservação do convento franciscano, mas das vivências anteriores. A humidade, as infiltrações, a exposição ao fumo das velas e ao incenso nos altares, *“enegrecendo umas tintas e alterando outras”*, ou à luz solar que *“fendia a madeira, gretava as tintas e causava outros estragos irreparáveis”*, eram algumas das contingências relatadas, em 1868, pelo vice inspetor da Academia de Belas Artes, Marquês de Sousa Holstein, referindo-se aos melhores quadros conventuais, destinados à Galeria Nacional de Pintura. Salientava ainda que não faltavam *“exemplos de quadros damnificados exclusivamente pelo processo de restauro a que foram sujeitos. (...) restaurações tão pouco inteligentes na parte technica como na artistica”* (Holstein, 1868:7).

Aos danos mencionados, acrescia a forma desadequada como muitas pinturas eram retiradas dos seus locais. A separação da grade, como testemunha Cunha Rivara, era muitas vezes efetuada *“a canivete”* (apud Seabra, 2010:35) e as telas enroladas ou mesmo dobradas (Castilho, 1844:94). Quanto ao transporte dos quadros, fazia-se, não raramente, *“em carros, expostos á chuva”*, sendo depois provisoriamente *“depositados durante mezes em logares humidos”*, o que levou a que *“muitas obras importantes e cuja existencia era bem conhecida não ... [tenham chegado] a dar entrada no deposito”* (Holstein, 1868:5-6).

Em S. Francisco as pinturas continuariam a sofrer as mais diversas vicissitudes. As queixas acerca das más condições do edifício eram constantes, espelhadas nos relatórios, memórias e

¹ As estátuas, bem como sepulturas e partes de monumentos, deveriam ser reunidas na igreja do Beato António, em Xabregas, tendo em vista a criação de um *Muzeo de Monumentos*.

² 1º piso – Academia; 2º piso – Biblioteca Pública, 3º piso – Depósito. Ata de 11/07/1837, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx-02-02 Registo das Atas das Sessões da CADLEC. Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (AHBN)

³ Como sucedeu com o retrato de José Mendes Leal, pintado por Armand Dumaresc e doado por Maria Biester de Barros Lima, Condessa de Alferrarede, em 1927. BN/DGA/06/Cx04 AHBN

correspondência das diversas instituições ali instaladas e dos seus sucessivos diretores. Quanto ao Depósito, o local que lhes tinha sido destinado, no último piso da casa, além de severamente húmido, com infiltrações “*a repassar as abobadas e a penetrar no interior do Edifício*”,⁴ rapidamente se tornou “*mui restricto (...) em proporção dos objectos que deve conter, e do movimento que dos mesmos dentro delle a fazer para seu arranjo e classificação*”.⁵ (FIGS. 1-2)

Ali se achavam “convenientemente colocadas”, segundo noticia António Nunes de Carvalho, mais de 6000 pinturas, que se iam “*successivamente alimpando e preparando para formarem algum dia huma rica Galeria Nacional*”.⁶ Porém, o mau estado a que tinham chegado algumas das mais notáveis pinturas do Depósito, levou o seu diretor a recomendar, logo em 1835, o pintor André Monteiro da Cruz (1770-1851), empregado na Repartição das Obras Públicas, para a realização de “*reparos nas Pinturas de Grão Vasco, uma vez que manifestava grande receio de que (...) feitas em madeira (...) soffrão com a humidade grave, e irreparavel danmó*” (apud Soares et al., 2012:244).

Nas décadas seguintes, os testemunhos dos bibliotecários-mores José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1843-1847) e José Canaes de Figueiredo Castello-Branco (1851-1857) são fundamentais para compreendermos os problemas que continuavam a fustigar os recheios do Depósito e da Biblioteca. As infiltrações, a humidade, a falta de ventilação, o pó, as traças, são protestos que chegam ao século XX, com naturais consequências para o estado de conservação não só das pinturas, como dos acervos bibliográficos, sem que nenhuma solução fosse encontrada no que respeita a novas instalações.

Feliciano de Castilho, como os seus sucessores, cedo percebeu que a solução passava pela mudança de lugar.⁷ Procurou, para o efeito, sensibilizar o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Costa Cabral, que ao visitar o edifício, a 12 de julho de 1843, deixaria a promessa de “que faria quanto em suas forças coubesse para remover promptamente essas importantissimas riquezas de um local onde, se continuassem a permanecer, dentro em poucos annos pela maior parte se destruiriam.(...)”.⁸

Esta visita, num momento político de forte contestação ao Cabralismo, não teve as esperadas repercussões e, em 1844, no seu “*Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos...*” dirigido ao Ministro, Castilho volta a realçar as débeis condições de S. Francisco. Segundo ele, os mais terríveis “inimigos” eram a humidade — “*um flagello durante todo o inverno*”; o pó, “*corrosivo*”, a traça e a falta de ventilação, “*difícilima, pela impossibilidade de estabelecer correntes de ar na maior parte das casas, sendo de mais as janelas próprias de convento, isto é, mui estreitas e baixas*” (Castilho, 1844:124-125, 225-226).

No capítulo dedicado ao “Depósito dos Paineis dos Extinctos Conventos”, a descrição feita por Castilho, imbuído de grande preocupação com o estado dos quadros, é esclarecedora das condições em que estes se encontravam e das medidas então tomadas. Seleccionados uns pela Academia, entregues outros a diferentes estabelecimentos, sobravam em depósito 991 quadros a que se acrescentavam os que estavam:

em rolos (dos quaes a maioria, é verdade, de ínfimo valor) (...) amontoado em desordem n’um corredor, que a academia (...) impréstara; com janela sempre abertas; expostos a todas as inclemências; calcados aos pés pelas pessoas, (...) na sua maior parte, já completamente estragados

⁴ 03/08/1841, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, p. 239, AHBN

⁵ 12/12/1837, CADLEC à Secretaria do Reino BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 pp.90-91 AHBN

⁶ Offício de 29/01/1836, Mf. 2515 Ministério do Reino (MR)/Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

⁷ “*Causas poderosissimas que em nosso entender obstão á continuação deste Estabelecimento no local em q se acha*” Mç.3723 MR/ANTT

⁸ *Diário do Governo* n° 162, 13/07/1843, p. 1167

e inúteis. Mas ainda bastantes tinham tido a fortuna de resistir ao vandalismo, que presidira a semelhante arrumação; tractei logo de salvar o possível, enquanto era tempo. (idem: 91-92)

Feliciano de Castilho é corrosivo em relação às más condições do convento de São Francisco, revelando uma enorme consciência face às consequências negativas que isso acarretava para o património nele encerrado. Porém, ao mesmo tempo, para as quase mil pinturas que se mantêm a seu cargo, depois de outras tantas terem sido escolhidas e distribuídas por diversas instituições públicas, empenha-se em mante-las todas dependuradas, desenrolando umas e desdobrando outras, num combate manifesto ao amontoado em que se encontravam (**FIG. 3**).⁹

A reorganização das obras constituiu a medida imediata para salvar o possível, enquanto era tempo, como escreveu:

Faltava-me espaço para remover e guardar tão considerável quantidade de quadros, alguns dos quaes de enormes dimensões: mas não querendo, nem mais um dia, deixar aquellas martyrisadas antigualhas, e em parte riquezas, fora das portas dos estabelecimentos a meo cargo, dispuz, ao centro dos longos corredores (...), no andar superior, uma serie de roldanas e cordas, por meio das quaes, e de uma particular disposição, pude, com insignificante dispêndio, formar, sem estorvo do serviço, uma extensa galeria, onde os paineis ficarão conservados no mesmo estado em que hoje se-acham, e poderão, um por um, ser examinados, sem necessidade de deslocação, o que hoje se não dava, pois para procurar um, era necessario revolver todos, augmentando, com estes contínuos movimentos, a deterioração a que enfim puz um termo.

E aludia aos estragos decorrentes do seu transporte e deficiente armazenamento:

Entre estes paineis, muitos há, com sentimento o-digo, de valor, e completamente perdidos, por os-haverem transportado inrolados, ou dobrados, deixando-os assim durante uns poucos de anos, pois só agora pela primeira vez foram todos abertos. (Castilho, 1844:92-94).

Apesar dos cuidados de Castilho, dez anos depois, Canaes de Figueiredo, nos seus *Estudos Biographicos*, refere que:

uns tinham ainda moldura, e outros estavam enrolados, e pela maior parte padeciam ruina, ou principio della; e de grande porção so apenas existiam as lonas (a muitos dos enrolados, quando se abriram, estalou e se desfz toda a pintura), ou não eram já mais que farrapos. Estes deteriorados, pesaram cincoenta e cinco arrobas, e se pozeram à parte para se lhe darem o destino conveniente. (Castello-Branco, 1854:XI)

Foram depois “*queimados no Campo Pequeno por ordem do Governo Civil ... em 4 de Outubro de 1853*”. Os remanescentes, foram limpos e colocados “*em logares separados, dividindo-os em sacros e historicos*”. (idem: X). Quanto aos primeiros, defendia que deveriam ser entregues a “*Igrejas Publicas, porque lá melhor se conservão*”, procurando, assim, remediar a falta de espaço e de serventes para limpeza manifestados pela Biblioteca.¹⁰ Quanto aos segundos, “*uns quinhentos e dezenove quadros históricos, dos quaes parte estão em bom estado, e outros soffríveis, e outros muito mal conservados, e que eu quis reservar depois do primeiro exame e limpeza com o fim de vêr se poderiam ter algum remedio*”.¹¹ É sob a direção de Canaes de Figueiredo que se aventa, pela primeira vez, a hipótese de se venderem quadros, como forma de gestão do extenso acervo tutelado pela Biblioteca de S. Francisco, “*aplicando[se] o produto na compra de livros*”.¹²

⁹A 26/03/1844 Castilho aludia ao “*completo cahos em que se achavam todos esses malfadados e vandalicamente tratados paineis*” quando tomou conta da Biblioteca, tornando impossível a localização de obras por “*indicações antigas*” e que apesar de existir uma “*Galeria geral*”, “*só pela inspecção de quem tiver conhecimento do que pede é que se poderá com segurança escolher*”. BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 AHBN

¹⁰ 27/11/1851 BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01 AHBN

¹¹ 08/06/1857, Doc. n.º74, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01 AHBN

¹² Idem.

O bibliotecário José Mendes Leal (1850-1851 e 1857-1886) em Relatório do período de 1857 a 1859, denota não possuir grande apreço pelas obras de pintura a cargo da Biblioteca Nacional, referindo-se a uma “*grande collecção de retratos provenientes dos mosteiros referidos, quadros de um valor quasi sempre nullo como pinturas, mas de um relativo interesse historico como effigies de homens que se singularisaram nas religiões por saber ou por virtude*”(apud Barata, 2003:183).

Talvez por isso, à imagem do que havia defendido Canaes de Figueiredo, fosse da opinião de que “*em vez de se deixarem deteriorar e perder de todo, como lhes está sucedendo, seria de grande conveniencia que o Governo de Sua Mag.de permitisse a sua venda em beneficio do cofre d’esta casa*”.¹³

Mas nem os livros e manuscritos, nem as melhores pinturas selecionadas pela Academia de Belas Artes, instaladas no 1º piso do edifício, escapavam às más condições de conservação do desadequado convento. Em 1868, o Marquês de Sousa Holstein alertava o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, acerca do estado em que estes se achavam, “*depositados em quartos húmidos privados de luz e ventilação por não haver local algum para os ter*”, “*soffrendo de irremediavel danno uma parte não pequena da riqueza publica*”.¹⁴

Apenas a partir da década de cinquenta, o edifício sofreria obras, embora com poucas melhorias efetivas, chegando a existir um “*resultado do concurso p.ª a obra do Estabelecim.º da Biblioteca Publica de Lisboa na profanada Igreja do ext.º Convento de S. Bento*”, e de se “*proceder ao projecto de um edificio para a Bibliotheca no sitio aonde ela existe actualmente*”.¹⁵ Quanto às pinturas, pouco mais de uma década depois da triagem efetuada por Canaes de Figueiredo, “*trinta e uma arrobas de paños de quadros [estavam] completamente inutilizados*”,¹⁶ prova de que a sua degradação continuava.

O pó de ladrilho e “*As madeiras das janellas, podres e mal prohibindo a entrada da agua e do vento na estação invernososa, porque nem ao menos tem o anteparo de portas interiores*”,¹⁷ denunciados por Castilho na década de 1840, persistiam em ameaçar os acervos.

A juntar-se aos outros problemas, a introdução do gás de iluminação em Lisboa, em edifícios públicos como S. Francisco, também teve efeitos. Segundo Luciano Freire, os fumos resultantes da combustão contribuía para a acumulação de sujidade e consequente escurecimento das pinturas e, tal como a luz solar, podia secá-las e fraturar as camadas cromáticas (Freire, 2007:48). Nesta altura, as melhores obras da Academia de Belas Artes já se encontravam acomodadas nas Janelas Verdes, no recém-inaugurado Museu de Belas Artes e Arqueologia, afastadas das crescentes deteriorações apresentadas pelo edifício de São Francisco.

Na última década do século, as infiltrações atingiriam em força o edifício. Com as chuvas, várias salas ficaram inundadas, danificando gravemente o espólio ali guardado.¹⁸ Obras de novas salas, iniciadas mas não concluídas, prejudicavam ainda mais o normal funcionamento da Biblioteca.¹⁹ A agravar as contingências, a sucessiva extinção dos conventos femininos veio engrossar os acervos das

¹³ Relatório não assinado. BN/DGA/15/Cx01 AHBN.

¹⁴ Apud Neto, 2003: 226-241 (Documento 3).

¹⁵ 23/01/1865 Diretor Geral Interino das Obras Públicas, Abreu e Souza, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. fls.46-46vs DGOP/ROP 2.5 Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.

¹⁶ Minuta da Ata de 20/02/1864 BN/DGA/01/Cx01 Atas das Sessões do Conselho Administrativo da BNL AHBN

¹⁷ 06/06/1880 Ofício de Luís Rebello Trindade. BN/GPA/03/Cx01-03 AHBN

¹⁸ 04/11/1891 Ofício do Inspetor-geral Interino Tomás Lino d’Assumpção ao Conselheiro Secretario Geral do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes Cx. 403.5 Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos/ANTT

¹⁹ 20/01/1892 Cx 403.5 fl.27 ISBA/ANTT.

instituições, particularmente da Biblioteca, que, mesmo com todos os problemas de conservação conhecidos, continuava a receber novos cartórios e livrarias.

O restauro das pinturas: “restaurar para salvar”

Contra as debilidades apresentadas pelo edifício de S. Francisco, além das medidas de preservação tomadas com o intuito de limitar a deterioração das obras, como as promovidas por José Feliciano de Castilho, foram também realizadas algumas intervenções com o objetivo de reparar danos apresentados por algumas pinturas, sobretudo as de maior importância.

As primeiras referências surgem a partir de maio de 1835, antes ainda da criação da Academia de Belas Artes, quando o pintor José Ribeiro da Silva é “*encarregado de arranjar os quadros*” do Depósito,²⁰ incumbindo-se o pintor André Monteiro da Cruz da realização dos já referidos “reparos necessários nas Pinturas de Grão Vasco”, a partir de setembro desse ano.²¹

Nesta fase inicial, além de “*reparos nas obras mais preciosas, fizeram-se igualmente as grades necessarias para as Pinturas em panno*” e procedeu-se ao “*delicado trabalho de limpar e preparar as referidas Pinturas*”.²² Os retoques também foram realizados, para ocultar danos ou preencher lacunas, tendo em vista a reabilitação estética das obras.

Com a criação da Academia de Belas Artes, em outubro de 1836, as tarefas de restauro foram atribuídas aos artistas agregados, destacando-se neste papel, nos primeiros tempos, os pintores Luís José Resende (1760-1847), José Joaquim Primavera (1793-?) e Norberto José Ribeiro (1774-1844), tendo este último “*restaurado 20 quadros originaes, cujo estado de ruina parecia irremediavel*”.²³ Procurava-se, assim, fazer face à ameaça de destruição que pairava sobre inúmeros quadros, tanto da Academia, como do Depósito, ainda que com um ritmo desajustado às necessidades.

Até 1864, tinham sido restauradas várias dezenas de obras, algumas delas por João António Gomes e António da Costa e Oliveira, ambos com atividade artística e na área do restauro atualmente quase desconhecidas. Integram a lista de obras restauradas, os retratos de D. Francisco Gomes do Avelar, Frei Miguel Contreiras, Frei Manuel do Cenáculo, Padre Filipe Neri, Padre Teodósio de Andrade, Frei Manuel dos Santos e D. Nuno Alvares Pereira, que supomos sejam os que fazem parte do atual acervo da Biblioteca Nacional (**FIGS. 4-6**).²⁴ Procedeu-se então à sua “*limpessa e restauração*”, assim como das respetivas molduras.²⁵

Entre 1888 e 1889, sendo Gabriel Pereira diretor da Biblioteca Nacional, Luciano Freire, ainda estudante, foi incumbido de dar uma “*envernizada nos quadros mais toleraveis da coleção dessa biblioteca*”. A sugestão coube a António Tomás da Fonseca, então diretor da Academia de Belas Artes (Soares et al.: 2012: 245).

²⁰ Nome hoje incógnito. *Relatorio feito por Vasco Pinto de Sousa Coutinho sendo Bibliothecario Mor da Bibliotheca Publica de Lisboa, e offerecido ao Ex.^{mo} Bispo Conde D. F. F. de S. Luiz Ministro do Reino escripto pelo Empregado da m.^{ma} Bibliotheca Colff.* Docs. anexos Mss 261 N^o21 AHBN

²¹ 12/09/1835 BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 AHBN

²² 11/05/1836 Liv.50 fl.130vs Intendência das Obras Públicas/ANTT

²³ Ata n^o112 de 25/10/1838 da Academia Nacional de Belas Artes (ANBA). Acervo da ANBA disponibilizado em Digtarq: PT-ANBA-ANBA-A-001-00002_0184

²⁴ BN/GPA/06/Cx01-06 AHBN

²⁵ BN/GF/28/Cx01-14 AHBN

Segundo Gabriel Pereira, Freire “*tratou de refrescar, e fixar as tintas estaladas nas telas de muitos, e por quantia muito modesta*” (Pereira, 1900:4), cuja “*maioria [...] nem como documento iconografico tem valor*”, como a eles se refere o restaurador (Freire, s/d: 3).

Nesta fase, Luciano Freire intervencionou pelo menos vinte e nove pinturas, tendo os trabalhos consistido em “*Limpar e envernizar*”, “*limpeza e pequenos [ou alguns] retoques*”, “*limpeza e muitos retoques*”, “*limpeza e substituição da grade*”, “*concerto e limpeza*”. Realizou, porém, um “*grande restauro*” no retrato de D. João IV, num Auto de Fé e em duas batalhas, expressão reveladora do estado que muitas terão atingido.

Já em tempos da República, o mesmo Luciano Freire voltaria a “*limpar e restaurar*” obras da Biblioteca Nacional, por indicação do inspetor de Bibliotecas, Júlio Dantas, nomeadamente, “*alguns dos retratos sobre tela e madeira, monumentos iconograficos preciosos que constituíam dotação d’esta Biblioteca*” e que se encontravam “*cobertos de bolor, n’uma arrecadação terrea da Academia de Belas Artes*”.

Circunstancialmente, em 1933, numa etapa em que são praticamente inexistentes referências a restauros das pinturas da Biblioteca Nacional, Freire protagoniza o restauro do pretense retrato do 2º Marquez de Vagos, Nuno da Silva Telo e Menezes, executado pelo italiano Giuseppe Troni (1739-1810).²⁶ O tratamento consistiu em restituir “*ao retrato as suas primitivas qualidades, promovendo além da limpeza, a fixação da pintura e a sua entretelagem, operação esta indispensavel á sua consolidação*”.

Como se percebe, apesar das carências mantidas pelo edifício de São Francisco, foram-se restaurando algumas obras de pintura, de molde a evitar a sua perda. Nesta tarefa, tal como sucedeu com museus públicos e coleções privadas, também a Biblioteca Nacional beneficiou dos avalizados serviços de Luciano Freire, sobre um conjunto de obras, algumas das quais, certamente não por acaso, acabariam integradas no acervo do Museu dos Coches, por si dirigido desde 1911.²⁷

A premência de um novo edifício para a Biblioteca Nacional: das iniciativas da I República à concretização do Estado Novo

As sucessivas tentativas para que a Biblioteca Nacional saísse de S. Francisco, ou para que visse melhoradas as suas condições, prolongam-se pelo século XX. Obras paliativas, conseguidas após muita insistência, eram o possível para mitigar uma situação, sem solução à vista, afetada pelas constantes carências do tesouro público e pela satisfação de outras prioridades.

Os Relatórios dos serviços da Biblioteca Nacional, redigidos pelos diretores, evidenciavam os graves problemas e a luta constante e inglória para os resolver. Xavier da Cunha (1902-1911) solicitava que as Obras Públicas acudissem às “*urgentíssimas necessidades no interior do edificio*”. (Cunha, 1905) Faltava uma sala de leitura “*espaçosa e higienica*” e local onde realizar exposições (feitas em corredores por falta de salas adequadas), colocando a hipótese da aquisição do espaço onde estava instalado o Governo Civil (Cunha, 1907).

Duas interessantes plantas da Biblioteca (**FIGS. 7-8**), com data anterior a 1907, relativas a dois pisos do edifício, revelam que salas de especial melindre, como a “*Sala dos Reservados*”, “*Sala dos*

²⁶ A identificação do retratado com o 2º Marquês de Vagos foi feita por José de Figueiredo nessa altura. Até então, era associado ao escritor Manuel de Figueiredo, situação que se continua a refletir-se na ficha de inventário da obra da BNP. *Vide* RODRIGUES, Rute Massano e SOARES, Clara Moura – Manuel de Figueiredo ou o 2º Marquês de Vagos? Controvérsias de identidade num retrato pintado por Giuseppe Troni pertencente à Biblioteca Nacional. *Artis*. 2 (2014), pp. 196-197.

²⁷ Caso de um retrato de D. Afonso VI, MC, Invº HD005.

Manuscriptos”, “*Sala de Estampas*” ou a “*Sala de Mappas e Retratos*” (a nº56), se encontravam localizadas no 2º pavimento e mais expostas a todas as patologias mencionadas.²⁸ No mesmo piso, na designada “*Galeria dos painéis*”, dispunham-se “*numerosos retratos (em meio-corpo e em corpo inteiro)... de monges e padres, doutores, abbades, prelados, príncipes e monarcas*” (Cunha et al,1908:19).

Já no 1º piso, na “*Sala da Rainha*” (nº 52), exibiam-se “*riquíssimos livros de artísticas ornamentações*”, gravuras e um conjunto de retratos a óleo, que incluía o Marquês de Ponte de Lima, António Ribeiro dos Santos, Frei Manuel do Cenáculo, D. Francisco Gomes do Avelar, Frei Alexandre da Sagrada Família, Padre António Vieira, Rafael Bluteau, Padre Manuel Bernardes, D. José Barbosa e Inácio Barbosa Machado (Cunha et al,1908:11-12).

Contrariando algumas expectativas criadas, a implantação da República poucas soluções traria para os espólios depositados na Biblioteca Nacional. A *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, de 1911, com novo recebimento de espólios (Libório, 1996:29-30), tanto de livrarias como de obras de arte, só contribuiria para o agravamento da situação, no mesmo ano em que nasce nos espaços de S. Francisco, o Museu Nacional de Arte Contemporânea. O lugar, dotado de falta de condições que tinha levado à saída da coleção da Academia de Belas Artes, na década de 1880, com destino às Janelas Verdes, foi o eleito por Carlos Reis para alojar o acervo artístico contemporâneo, vendo-o como “*o único com luz apropriada a obras de arte*”.

Quanto ao acervo de pintura da Biblioteca Nacional, logo em 1911, sofreria uma “revolução” com o novo diretor Faustino da Fonseca (1911-1918). Ideias republicanas, contrárias à exposição de retratos de frades e reis nas paredes da instituição que dirigia (Fonseca, 1912), levaram a que algumas obras fossem entregues à Academia de Belas Artes, regressando parte delas pouco depois, por intermédio do Inspetor das Bibliotecas e Arquivos, Júlio Dantas. As que apresentavam “*interesse histórico, relativo merecimento artístico e boa conservação*”, seriam reivindicadas para decorar as novas salas e gabinetes do Arquivo Nacional (Pessanha et al., 1915), entretanto sujeitos a “*importantes obras*”. Em relatório de 1918, Júlio Dantas alude à verdadeira ação de “resgate” que protagonizara:

promovi a restituição às Bibliotecas e Arquivos Nacionais, de grande numero de retratos antigos, pintura a oleo sobre tela e madeira, coleção iconografica de notavel valor historico que ilustra a obra de Canaes de Figueiredo e que tinha sido removida em más condições para uma casa térrea e humida na Escola de Belas Artes. Essa coleção, que enriqueci ainda com novas telas provenientes do Paço de S. Vicente e do Varatojo, encontra-se hoje seleccionada, restaurada (alguns retratos, a meu pedido e obsequio ente(?), pelo notavel pintor Luciano Freire) e instalada convenientemente em dependencias do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional de Lisboa.²⁹

No início de 1915, as pinturas da Biblioteca rondariam a centena e meia e havia necessidade de estabelecer uma nova seleção, a qual incluía a inutilização de algumas. Para tal foi criada uma “comissão” composta por D. José da Silva Pessanha, José Joaquim d’Ascensão Valdez e pelo pintor Alberto Souza,³⁰ e apresentado um relatório, intitulado “*Os quadros da Biblioteca Nacional de Lisboa*”, a Júlio Dantas, onde uma das listas correspondia às telas que “*deverão ser inutilizadas, pelo facto de nenhum interesse, histórico ou artístico, oferecerem, estando, ainda, pela maior parte, péssimamente conservadas, a ponto de mal se distinguirem as figuras que representa*”, e outra de retratos que, apesar de indicados para serem conservados e serem considerados em bom estado de conservação, não dispensavam

²⁸ <http://purl.pt/13861>. Almeida, Eduardo de Castro e, 1865, (...), 19-?

²⁹ Cx.406 Liv.1917-18 fl.4vs ISBA/ANTT

³⁰ Respetivamente, 1º Conservador do ANTT, Chefe da Contabilidade das Bibliotecas e Arquivos e Conservador Artístico.

tratamento. A primeira lista era constituída por 67 obras e a segunda por 60, números reveladores do mau estado do remanescente do vasto acervo pictórico outrora à guarda da Biblioteca Nacional.³¹

O número cada vez mais reduzido e o papel cada vez mais secundário que desempenhavam, devem justificar que, a partir dos anos de 1920, se tornem escassas as informações sobre o estado de conservação das pinturas. A seu favor estaria agora o facto de se encontrarem, maioritariamente, dependuradas pela Biblioteca, servindo de ornamento permanente ou temporário por ocasião de algumas exposições. Permaneciam, no entanto, expostas a condições ambiente desadequadas e sujeitas à falta de cuidados na sua exibição. Em 1947, a respeito de um retrato de D. João IV solicitado pelo Museu da Restauração, revelava-se:

Este quadro, que fazia parte do antigo grande depósito de pinturas da Biblioteca Nacional, está actualmente bastante arruinado, pois, além de antigas destruições, foi mandado colocar pelo antigo Inspector Superior, Dr. Júlio Dantas, mesmo em frente duma das amplas janelas do seu gabinete, cuja excessiva iluminação solar, por mais de 30 anos, muito deve ter prejudicado a pintura.³²

Porém, a extensiva presença de bibliófagos passaria a ser a principal preocupação, pela evidência dos danos causados, procedendo-se ora à aplicação de “*pós insecticidas do doutor Gavrelle*”,³³ ora à fumigação dos livros nos terraços do edifício, com formol,³⁴ e depois com sulfureto de carbono.³⁵

A partir de 1918, Raul Proença, que viria a ser nomeado conservador e chefe dos serviços técnicos, e Jaime Cortesão, nomeado Diretor da Biblioteca, em 1919, protagonizariam uma corrente que defendia a construção de um novo edifício. Numa tentativa de chamar a atenção do Governo e da opinião pública para essa necessidade premente (Do Terreiro, 1997:86), 1920 surgiu como um “ano de alarme”, sendo realizada uma chocante exposição de livros destruídos, merecedora de várias primeiras páginas na imprensa periódica³⁶, entrevistas, visitas de ministros, do próprio Presidente da República e de outras importantes personalidades (FIGS. 9-10). Inaugurada a 26 de abril, segundo o *Diário de Notícias*, era “A mais significativa prova da nossa negligência”³⁷. Em consequência, seria fundada a *Sociedade Amigos da Biblioteca* e criada a *Comissão do edifício da Biblioteca Nacional*, que concluiria em relatório, que aquele edifício sofria de “*falta de ar e de luz, e ao mesmo tempo de plethora*”, uma “*hecatombe*” estava então a acontecer e havia premente “*necessidade da construção de um novo edifício*” (Relatório, 1922: 335). Tal como no passado, repetiram-se as promessas insequentas dos governantes, mas estavam lançadas as bases de discussão para a construção de novas instalações destinadas à Biblioteca.

Os insetos continuavam a ser um dos principais problemas, destruindo milhares de livros e manuscritos (Cortesão, s.d.: 225). Todas as medidas que se tomavam eram “*meros paliativos*”(idem: 18), incapazes de vencer uma ameaça que punha em risco a existência da Biblioteca. Também as notícias de infiltrações persistiam e, em 1926, atingiriam perigosamente a Secção de Estampas.³⁸

³¹ Para além destas existiriam os retratos de “*personagens mais evidência, sobretudo na história literária do país*” colocados em alguns gabinetes como o do Inspector Júlio Dantas, e que não terão entrado nas listagens.

³² Cx271 proc.119 ISBA /ANTT.

³³ Relatório de 1857 a 1859 BN/DGA/15/Cx01 AHBN .

³⁴ 10/08/1913, Cx405 Liv.1913-14, fl.180, ISBA/ANTT

³⁵ Cx405 Liv.1913-14, fl.180, e Cx 192 ISBA/ANTT; BN/DGA/Cx07/06-30-II Proc.24 AHBN

³⁶ Jornais como *O Século* e *Diário de Notícias* publicaram várias notícias entre os dias 18/04 e 14/05/1920.

³⁷ *Diário de Notícias*, 26/04/1920.

³⁸ 28/01/1926 ofício do Director da BN ao Engenheiro Director das Obras Públicas BN/DGA/06/Cx04 e 18/02/1936, BN/DGA/Cx05-07-30-II, Proc.26 AHBN

A partir dos anos 30, sob direção de Augusto Botelho da Costa Veiga (1928-1950), a Biblioteca Nacional atinge a saturação, começando a prever-se que, a partir de 1937, não se poderia receber mais livros (Veiga, 1934: 34). Por esta altura, em virtude do reconhecimento, por parte do ministro Duarte Pacheco, das insuficiências do edifício de S. Francisco (Pacheco, 1998: 131),³⁹ era apresentado o *Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional* (O Programa, 1936:33-40). O trabalho de uma comissão nomeada por Portaria de 25 de fevereiro de 1935, levaria a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a decidir-se pela adaptação do edifício existente, apoiado pela construção, nos terrenos anexos, de um novo corpo destinado a depósitos (idem: 33-34), sem que qualquer referência se faça ao acervo de pinturas da Biblioteca. Complementarmente, um “*grupo de edifícios monumentais destinados a museus, palácios de exposições*” (idem: 35), estaria projetado para as imediações do parque Eduardo VII.

A Biblioteca carecia de obras urgentes, mas a situação de espera por um novo edifício, prejudicada pelo afastamento de Duarte Pacheco da pasta das Obras Públicas, em 1936 (Costa: 2012:116), condicionava a resolução imediata e eficaz dos problemas. Assim, as obras limitar-se-iam “*ao mínimo indispensável*”⁴⁰ e continuariam as preocupações para que “*as espécies bíblicas e o mobiliário sejam postos ao abrigo de novos estragos provenientes da continuação de infiltrações das chuvas*”.⁴¹

Já nos anos de 1940, António Ferrão, pela Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, apresentava a *Crónica - Alguns serviços efectuados ainda em 1946, e 1947* (Ferrão, 1948: 5-60). No caso da Biblioteca Nacional, fazia o balanço e, para além do alerta para o elevado perigo de incêndio a que estava exposta, mencionava o grave problema dos bibliófagos – “*calamitosa e variada fauna*” (idem: 23), a “*falta de sol e (...) arejamento das instalações e (...) [as] terríveis estantes forradas todas de madeira, onde a bicharia desde o gorgulho até às baratas e aos ratos – têm tido as suas seculares e cómodas instalações. Mas, devido também ao desmazêlo dos homens*” (ibidem). Mais tarde, ironizava: “*Ao que parece, é mercê dessa secular, constante e infatigável obra de destruição pelos parasitas que ainda há algum espaço livre na Biblioteca Nacional!*” (Ferrão, 1951: 9).

Com a Biblioteca numa situação que “*é mais do que má, porque chega a ser desesperada*”, Costa Veiga solicitava, com a “*máxima urgência*”, a construção de um novo edifício, com espaço suficiente e condições de segurança contra incêndio e roubo.⁴² E comunicava ao Inspetor: “*Não há perigo de chuva, mas é difícil evitar o da humidade e o do sol, pois não existe aquecimento nem condicionamento de luz. Contra as poeiras, sempre que a dotação de electricidade o permite, faz-se a limpeza com aspiradores, visto não existir filtração do ar*”. Quanto aos bibliófagos: “*Tem-se feito a limpeza dos livros, afim de evitar o desenvolvimento dos bibliófagos. Estuda-se, neste momento, a instalação de uma câmara de desinfeção, pensando-se também na dum serviço conjuncto de desinfeção e restauração das espécies mais atacadas*”.⁴³

Em 1950, o Chefe da Repartição do Património escrevia “*tudo é desolador*” e “*confrangedor*”.⁴⁴ Para além de fazer referência à permanente ameaça de incêndio, devido à existência de uma garagem da PSP com depósitos de gasolina no edifício, lembrava o estado deplorável do mobiliário, o mau

³⁹ Biblioteca Nacional, Lisboa, Comissão Administrativa das Novas instalações Universitárias

⁴⁰ 20/05/1938 BN/DGA/Cx09/14-40-II 1938 Proc.36 AHBN

⁴¹ 16/04/1838 BN/DGA/Cx10/41-62-I Proc.44 AHBN

⁴² 17/04/1947, BN/DGA/Cx30/53-78-II, Proc.53 AHBN

⁴³ 07/06/ 1947 BN/DGA/Cx29/30-36-II, Proc.31, pp.20-21 AHBN

⁴⁴ 27/09/1950, Exposição do Chefe da Repartição do Património ao Ministro acerca de visita efetuada à BN juntamente com o Engenheiro Duro Xavier. BN/DGA/Cx41/65-88, AHBN

acondicionamento das espécies, a falta de espaço mas também as infiltrações que constituíam “*uma das maiores ameaças do recheio*”.⁴⁵

Vencido o impasse que a morte prematura de Duarte Pacheco terá causado, no início dos anos de 1950 retomava-se o processo de reflexão sobre a construção de um novo edifício para a Biblioteca Nacional, integrado na estratégia de expansão da cidade (Tostões, 2009: 166). Era então nomeada uma nova Comissão, presidida por Raul Maças Fernandes, inspetor superior de Obras Públicas,⁴⁶ e a elaboração do projeto entregue, em 1952, a Porfírio Pardal Monteiro, que o concluiria em 1956, ano em que se iniciam as obras. Pardal Monteiro falece em 1957, mas a construção do edifício da BN continuaria, a cargo do seu sobrinho António Pardal Monteiro, e, em outubro de 1968, tem início a transferência da Biblioteca para o Campo Grande. Finalmente, em 1969,⁴⁷ a Biblioteca conheceria novas instalações, feitas de raiz, e de conceção moderna.

No tempo que mediou entre a concretização do projeto e a mudança de instalações pensou-se na nova forma de ocupação do antigo espaço. A necessidade de ampliação do Museu Nacional de Arte Contemporânea levou a que fosse, para ali, equacionado o seu crescimento.⁴⁸ No entanto, S. Francisco continuava longe de oferecer as condições adequadas para receber qualquer instalação museológica e, em 1966, as suas debilidades voltavam aos jornais – “*O Bolor ameaça o Museu de Arte Contemporânea*”, artigo publicado no *Diário Popular* de 31 de março, denunciava problemas que não eram novidade. Instalado na parte considerada a mais húmida do antigo convento, a “*Humidade e frio*”, “*Escuridão e cheiro a mofo*” eram os males apontados; a pinacoteca do Museu sofria já as duras consequências daquele espaço, a que a má utilização dos desumidificadores, tecnologia moderna, indisponível durante muitas décadas, não conseguia fazer face. “*Não deixem entrar mais humidade no património nacional*” assim terminava o manifesto publicado na imprensa⁴⁹

Apesar de tudo, ali permaneceriam até à atualidade o Museu de Arte Contemporânea, a Academia de Belas Artes e a Faculdade de Belas Artes, que acabou por ocupar a maioria do espaço anteriormente consagrado à Biblioteca.

Quanto ao novo edifício da Biblioteca, o já reduzido conjunto de pinturas continuaria a existir enquanto complemento e a não merecer um espaço específico de exposição. Salas, gabinetes, corredores de passagem, acolheriam a maioria. No caso específico das pinturas provenientes das extintas ordens religiosas, sucederia o mesmo, com exceção para a designada Galeria dos Padres Oratorianos, reunida na *Sala de Iconografia*.

Considerações finais

Os sucessivos impasses registados ao longo da centúria de oitocentos, em torno do futuro da Biblioteca Nacional de Lisboa e da “*fundação de um museu de bellas artes*”,⁵⁰ com grave prejuízo para um acervo bibliográfico único e para um rico e numeroso património artístico, que permanecia em São

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Faziam ainda parte da Comissão o Eng. José Pereira da Silva, o arq. Raul Lino, António Ferrão (inspetor das Bibliotecas e Arquivos) e João Silva Marques (1950-1951), diretor da Biblioteca, substituído em 1951 por Manuel dos Santos Stevens (1951-1974).

⁴⁷ Inaugurada a 10/04/1969.

⁴⁸ Proc. “Museu de Arte Contemporânea, Ampliação à Custa das Instalações deixadas pela Biblioteca Pública, no Convento de S. Francisco” SIPA/IHRU.

⁴⁹ Idem

⁵⁰ Cf. Decreto que promove a criação da Comissão de 10 de novembro de 1875, presidida por Sousa Holstein. Acervo da ANBA disponibilizado em Digitarq: PT-ANBA-ANBA-A-001-00010_m0007.

Francisco sob condições de conservação impróprias, refletem não só a instabilidade política e financeira mas também uma notória falta de interesse para com aquelas obras, contrastante com as preocupações do Estado que presidiram, em 1834, à criação do *Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos* (Soares et al,2011).

Nem as obras de arte consideradas de primeira linha, selecionadas pela Academia de Belas Artes, escaparam às más condições de conservação das galerias do convento de São Francisco, uma vez que se “*estavam estragando dia a dia os quadros expostos*”⁵¹, enquanto se arrastava a discussão em torno do edifício mais adequado para albergar o desejado “*museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia*”.⁵²

As centenas de pinturas que permaneceram à guarda da Biblioteca Nacional, procedentes das casas religiosas (primeiro masculinas, depois femininas), consideradas por Mendes Leal, “*de um valor quasi sempre nullo como pinturas*”, como referimos, foram sendo alvo de visível despreço pelos sucessivos diretores da instituição, perante a incapacidade de gestão de tão elevado número de espécimes bibliográficas e pictóricas.

Neste processo destaca-se, contudo, a preocupação revelada pelo bibliotecário-mor, José Feliciano de Castilho, e as ações inauditas que encetou no sentido da conservação do acervo pictórico da Biblioteca Nacional. Também merecem evidência as condições que criou destinadas a facilitar o acesso às obras e a sua atuação no sentido da valorização do conjunto pictórico enquanto testemunho histórico, independentemente do seu valor artístico ou económico. Em contraste, nos anos de 1850, sob a direção de Canaes de Figueiredo foram queimados cerca de 800 quilos de quadros,⁵³ considerados “*arruinados*” e, na I República, é sugerida, pela comissão nomeada pelo inspetor Júlio Dantas, a inutilização de mais de sessenta obras “*pelo péssimo estado de conservação e má pintura*”.

Entre cedências a outras instituições, perdas e destruições devidas às más condições de conservação, o acervo pictórico transferido para o novo edifício da Biblioteca Nacional, em 1969, era já bastante reduzido. Num total de cerca de sete dezenas de obras, umas provenientes dos conventos extintos e outras adquiridas para a galeria de retratos dos diretores da instituição, apresentam-se, hoje, na sua maioria, descontextualizadas e sem a unidade necessária que permita que a designemos coleção. Constituindo o remanescente do enorme espólio pictórico que, outrora, coube à Biblioteca Nacional de Lisboa gerir, não perdeu, contudo, a capacidade de invocar momentos importantes da História do país, ao mesmo que transporta marcas físicas de um passado, acumuladas ao longo da sua existência, que contribuem para a construção da sua própria história.

Bibliografia

- BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública. Uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo – *Estudos Biographicos de Noticia das Pessoas Retratadas nos Quadros Historicos Pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Editor F. A. da Silva, 1854.
- CASTILHO (Barreto e Noronha), José Feliciano de – *Relatório acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos, dirigido ao Ex.m.o. Sr. Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino – no 10 de Janeiro de 1844*, Vol. I. Lisboa: Typographia Lusitana, 1844.
- CORTESÃO, Jaime – (Relatórios Oficiais) Do Director da Biblioteca Nacional. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. I, 3 (1920), pp. 217-230.

⁵¹ Ata N^o8 (Sessão de 11/01/1876) da Comissão de 1875.

⁵² Ata N^o3 (Sessão de 11/12/1875) da Comissão de 1875.

⁵³ 55 arrobas.

- COSTA, Sandra Vaz - *O país a régua e esquadro. Urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2012.
- CUNHA, Xavier da – Relatorio dos Serviços da Bibliotheca Nacional de Lisboa no primeiro trimestre de 1907. Bibliothecas e Archivos Nacionaes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907, citando o publicista Christovam Ayres.
- _____. – *Relatorio dos Serviços da Bibliotheca Nacional de Lisboa no Terceiro Trimestre de 1905*. Bibliothecas e Archivos Nacionaes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.
- CUNHA, Xavier, ALMEIDA, Eduardo Castro e – *A Exposição Cervantina da Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.
- DÓ TERREIRO – *Do Terreiro do Paço ao Campo Grande: 200 anos da Biblioteca Nacional Exposição* (Catálogo). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1997.
- FONSECA, Faustino da – *Relatório do Director da Biblioteca Nacional de Lisboa, (Abril de 1911 a Março de 1912)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1912.
- FERRÃO, António – Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos Crónica - Alguns Serviços efectuados ainda em 1946, e 1947. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. XIX, 73-74 (1947), pp.5-60
- _____. – Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos Crónica - Bibliografias, Bibliotecas e Centros de Documentação. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. XXI, 77-78 (1949), pp. 5-44.
- FREIRE, Luciano – Elementos para um relatorio acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal. *Conservar Património*. 5 (2007), pp.9-65
- HOLSTEIN, Sousa – Introdução. In *Catalogo provisorio da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Bellas Artes, 1868.
- LIBÓRIO, Fátima (Coord.), *Guia da Biblioteca Nacional*. Lisboa: I.B.N.L, 1996.
- NETO, Maria João – A propósito da descoberta dos Painéis de São Vicente de Fora. Contributo para o estudo e salvaguarda da pintura gothica em Portugal. *Artis*. 2 (2003), pp. 225-229.
- O PROGRAMA – O Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 43-44 (1936), pp. 33-40
- PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis – Porfírio Pardal Monteiro - 1897-1957, a obra do arquitecto. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998. (Tese de mestrado).
- PESSANHA, D. José da Silva, VALDEZ, José Joaquim d'Ascensão, SOUZA, Alberto – Os quadros da Biblioteca Nacional de Lisboa. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 1, 3 (1915), pp. 112-117.
- PROENÇA, Raul – *O caso da Biblioteca*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.
- RELATÓRIO – Relatório da Comissão do Edifício da Biblioteca Nacional. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. II, 8 (1921), pp. 335-338.
- RIBEIRO, António Vitorino – *Relatório da visita à Biblioteca Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.
- RODRIGUES, Rute Massano e SOARES, Clara Moura – Manuel de Figueiredo ou o 2º Marquês de Vagos? Controvérsias de identidade num retrato pintado por Giuseppe Troni pertencente à Biblioteca Nacional. *Artis*. 2 (2014), pp. 196-197.
- SEABRA, José Alberto – 'A recolha devia fazer-se estugadamente e por completo'. Patrimónios em trânsito: extinguir conventos e criar museus. In CUSTÓDIO, Jorge, *100 anos de património. Memória e identidade. Portugal, 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano – A criação de um Museu Nacional de Belas-Artes no convento de São Francisco. Um desígnio de D. Pedro IV/1834. *Artis*. 1 (2013), pp. 170-171.
- _____. – A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a Consciência Patrimonial no contexto das Guerras Liberais, In *Actas do Simpósio Património em Construção, Contextos para a sua preservação. (LNEC-IHA)*. Lisboa: LNEC, 2011, pp.351-358.
- SOARES, Clara Moura. et al.– Conservação e destruição de pinturas dos conventos extintos em Portugal durante o século XIX. In *ECR - Estudos de Conservação e Restauro*. 4 (2012), pp. 231-248.
- TOSTÕES, Ana - *Pardal Monteiro*. Col. Fotobiografias Século XX. Mem Martins: Círculo dos Leitores, 2009.
- VEIGA, A. – Os serviços da Biblioteca Nacional, Relatório do Director, respectivo ao ano civil de 1932. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. XI, 41-42 (1933), pp.23-45.



FIG. 1.- Mau estado de conservação do edifício de São Francisco. Biblioteca Nacional de Lisboa instalada no antigo Convento de S. Francisco junto ao Chiado - Lisboa [Visual gráfico]: vistas locais e estado de conservação dos livros em 1949 [1949]. - 1 álbum (56 fotografias) : p&b ; 19x14 cm; cota: ea-289-p © BNP.



FIG. 2. Exposição Garrettiana 1904; E 2382 V. À direita, pode ver-se pintura do acervo da BN, retratando D. Frei Alexandre da Sagrada Família, Bispo de Malaca (1737-1818), tio de Almeida Garrett © BNP

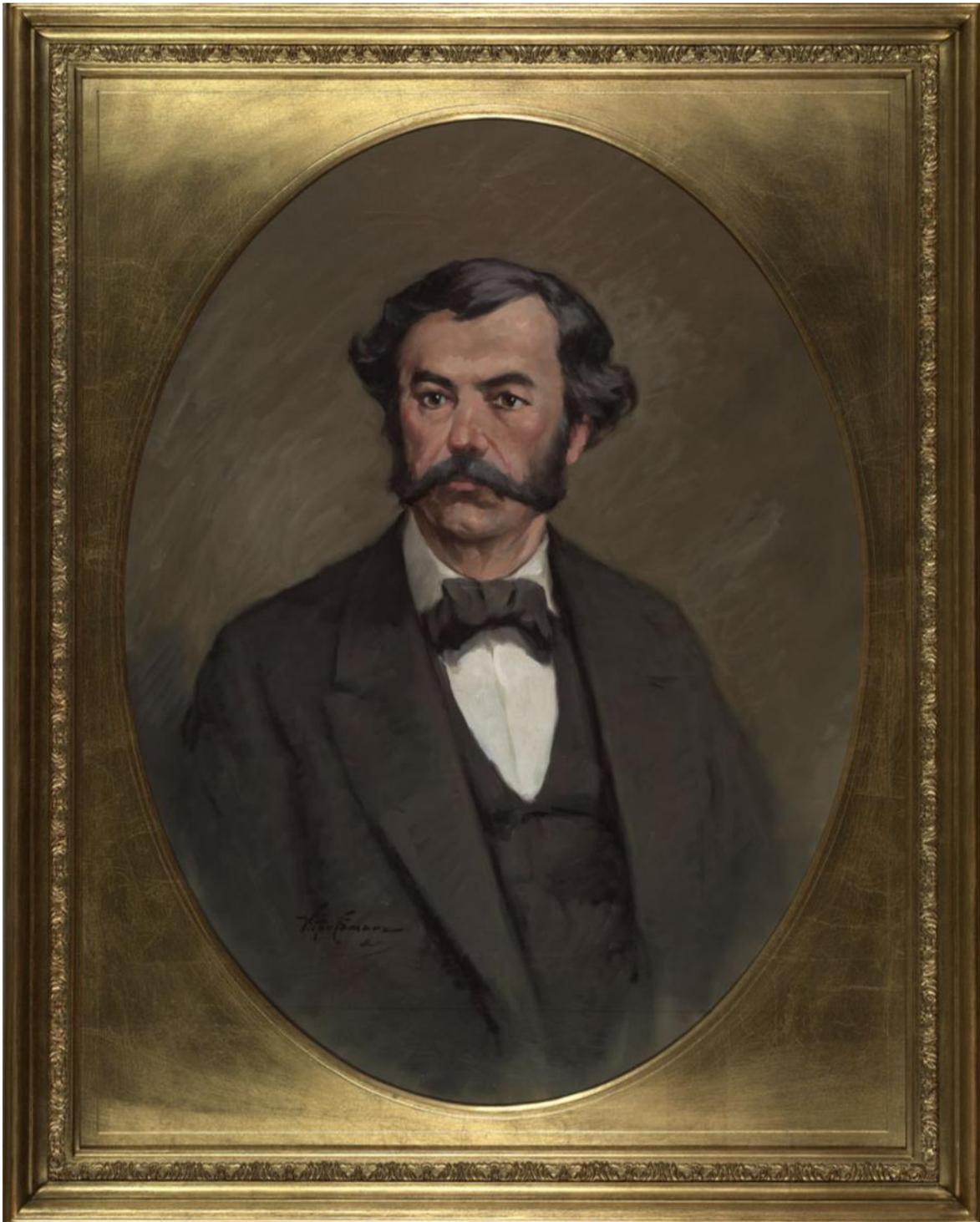


FIG. 3. José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, 1983, Vitor Manuel da Câmara (1921-1998); óleo sobre tela, color.; 81x60 cm; Inv. 14825/BN; Coleção de Pintura da BNP. Galeria dos Diretores © BNP.



FIG. 4. Frei Nuno de Santa Maria, Pormenor, 16--?, autor desconhecido; óleo sobre madeira, color.; 71,5x58 cm; Inv.10941/BN; Coleção de Pintura da BNP © IPT.



FIG. 5. D. Francisco Gomes do Avelar, Bispo do Algarve, 1816, Joaquim José Rasquinho (1736-1822); óleo sobre tela, color.; 100x77 cm; Inv.10933/BN; Coleção de Pintura da BNP, © IPT.



FIG. 6. D. Afonso Henriques, 16--?, autor desconhecido; óleo sobre tela, color.; 202x109,5 cm; Inv.10932/BN; Coleção de Pintura da BNP. © BNP.

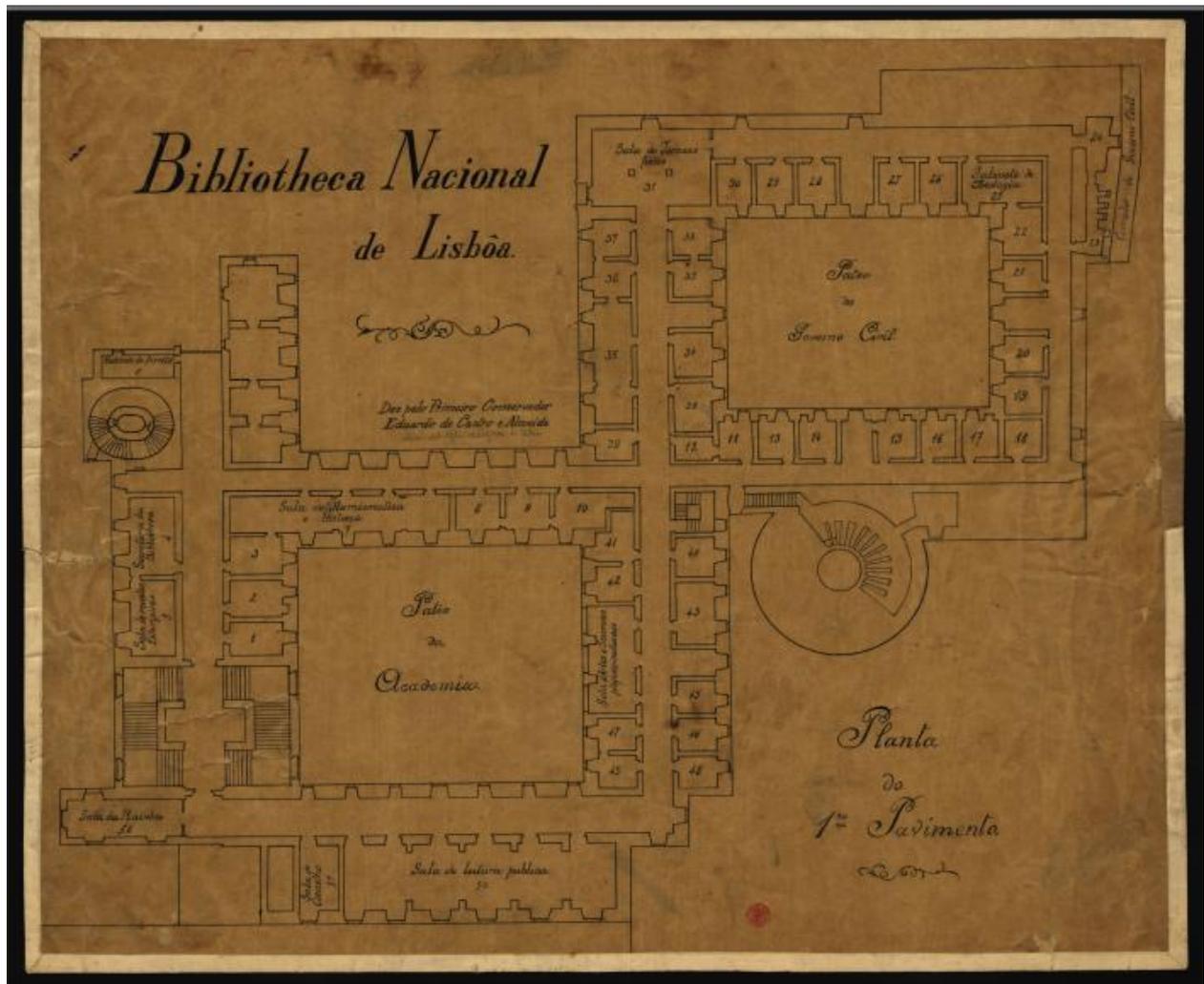


FIG. 7. Bibliotheca Nacional de Lisboa – Planta do 1º pavimento, Des. pelo primeiro conservador Eduardo de Castro e Almeida (1865-?); [Escala não determinada] [190-]. - 46,50x56,70 cm; cota: cc-469-1-2-a. © BNP.

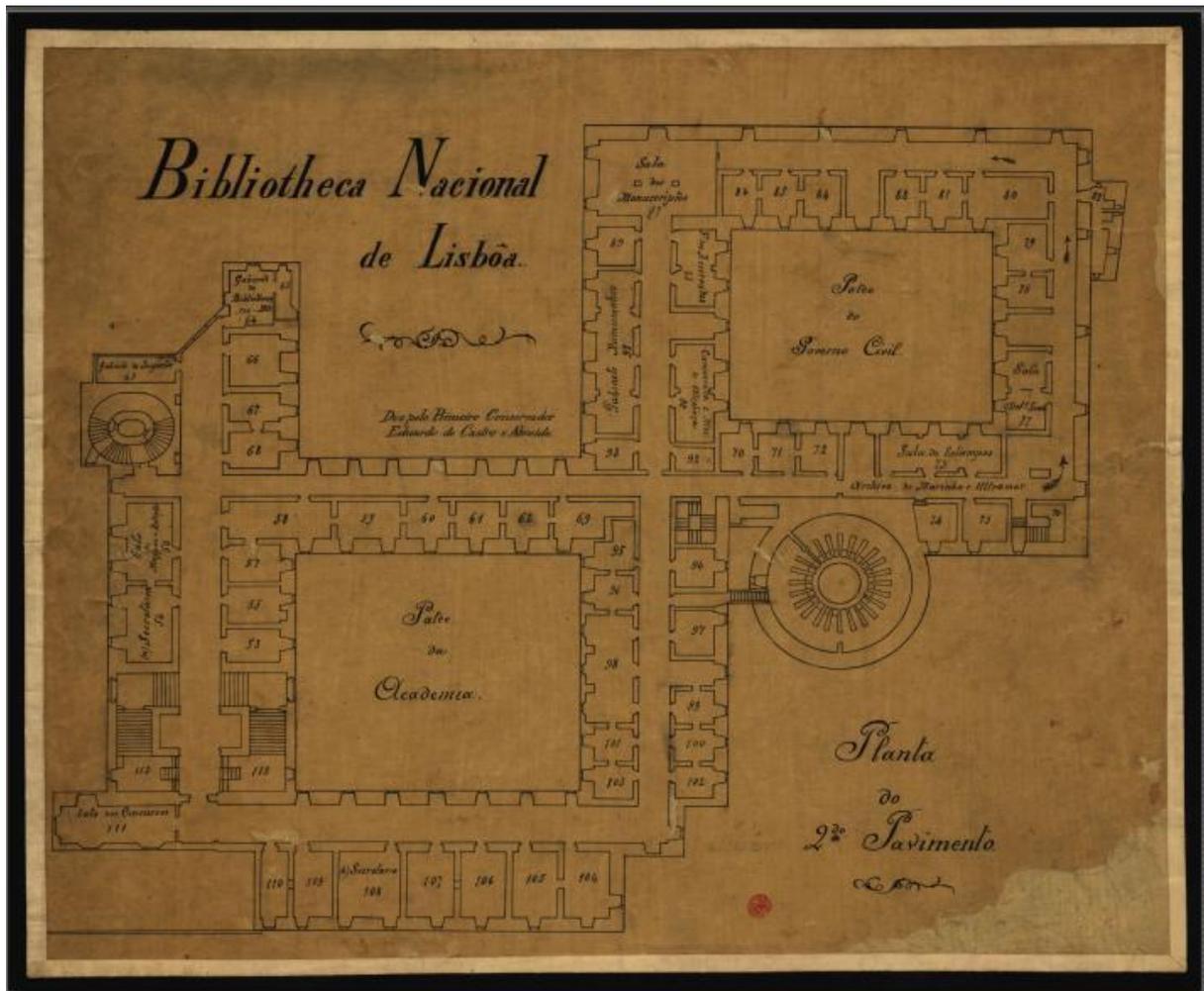
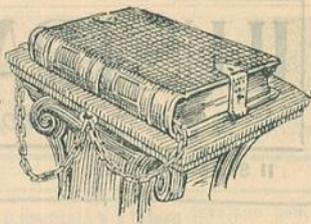


FIG. 8. *Bibliotheca Nacional de Lisboa* – Planta do 2^o pavimento, Des. pelo primeiro conversador Eduardo de Castro e Almeida (1865-?); [Escala não determinada] [190-]. 46,50x56,70 cm, cota: cc-469-1-2-a. © BNP.

A Biblioteca Nacional em perigo
por
JAIME CORTESÃO



segredos do coração humano...»
Quanto mais se não poderá dizer d'uma grande biblioteca, onde os maiores espíritos de todos os tempos vivem na imortalidade das suas obras primas? E quanto mais ainda quando ela, guardando todos os monumentos escritos duma patria, é, por assim dizer, o paládio das suas mais altas tradições?!

Uma biblioteca nacional é não só um instrumento indispensavel para as novas conquistas do pensamento, mas uma fonte perene de felicidade, de beleza, de nobres e fecundas energias. Se o sentido da civilização humana é como a historia aponta, a egualdade mais possivelmente justiceira entre todos os homens, uma boa e grande biblioteca realisa desde já essa longinqua

Jaime Cortesão, o artista da grande guerra e actual director da Biblioteca Nacional de Lisboa, lançou o grito de alarme sobre o estado das coleções que nela se guardam. Dá-nos hoje sobre o caso um interessante artigo.

Os livros são os grandes niveladores, — dizia o moralista americano Channing. Que importa a minha pobreza? Que importa que os felizes do século se não dignem entrar na minha morada obscura? Se a Santa Escritura entra e habita a minha casa, se Milton transpõe a minha porta para me cantar o *Paraiso*, Shakespeare para me abrir os mundos da imaginação e os



A Biblioteca Nacional de Lisboa. (Fachada)

FIG. 9. Artigo de Jaime Cortesão, director da Biblioteca Nacional publicado na *Ilustração Portuguesa*, Edição Semanal de «O Seculo», II Série, Nº741, 3 maio 1920.

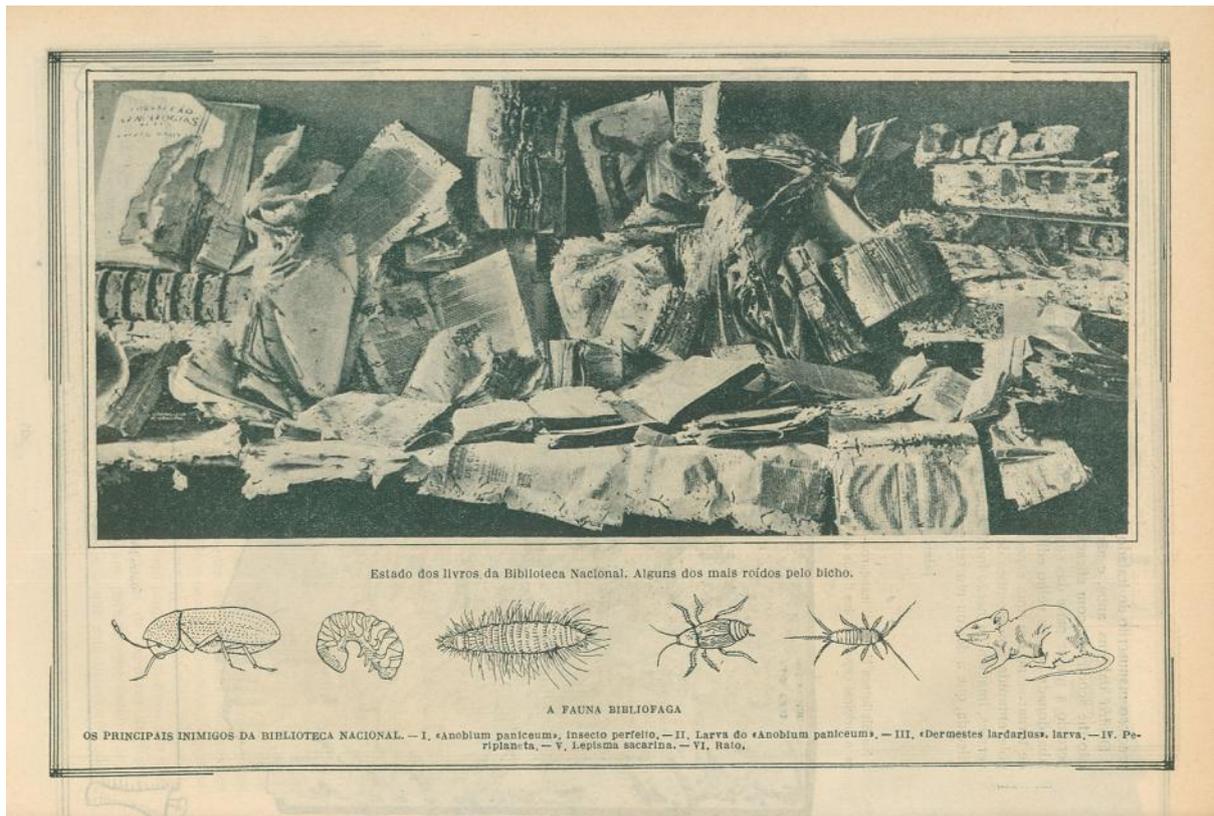


FIG. 10. Artigo de Jaime Cortesão, diretor da Biblioteca Nacional publicado na *Ilustração Portuguesa*, Edição Semanal de «O Seculo», II Série, N°741, 3 maio 1920.